

Casos de dengue crescem 600% e Rondonópolis entra em alerta

Ministério da Saúde



Rondonópolis registrou 381 casos prováveis de dengue de janeiro a março de 2023. O número é 7 vezes maior que o mesmo período do ano passado, quando foram registrados 50 casos. A informação consta no Informe Epidemiológico da Secretaria de

Estado de Saúde (SES-MT), atualizado no último dia 17 de março. A Secretaria Municipal de Saúde do município emitiu um alerta à população quanto à necessidade de colocar em prática as medidas preventivas de combate à dengue. Segundo a pas-

ta, o número de casos este ano já superou o do ano passado. O aumento de casos de dengue vem sendo registrado no Brasil todo. Em Mato Grosso, 4.824 casos já foram confirmados este ano

PÁG. 6

China anunciou retoma importações

A China anunciou que vai voltar a comprar carne bovina brasileira, após concluir a análise do caso atípico da doença da vaca louca registrado em Marabá, no Pará, no dia 22 de fevereiro. Além de voltar a comprar a proteína brasileira, a China também habilitou mais

frigoríficos para exportarem carne, sendo um em Mato Grosso, que teve sua habilitação suspensa em agosto de 2022. Já as demais plantas estão localizadas no Paraná, Rondônia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul

PÁG. 7

PF quer investigar Coronel Fernanda

A Polícia Federal pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que abra um inquérito para investigar a possível participação da deputada federal Coronel Fernanda (PL) na organização dos atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro, que culminaram na depredação das se-

des dos Três Poderes, em Brasília. A possível participação da deputada na organização dos eventos foi revelada por uma aposentada que mora em Barra do Garças, presa pela Polícia Federal após os atentados em Brasília

PÁG. 5

Juíza mantém prisão de autor de chacina em bar

A juíza da 1ª Vara Criminal de Sinop, Rosângela Zacarkim dos Santos, aceitou a denúncia do Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT) contra Edgar Ricardo de Oliveira, autor da chacina em um bar no município que terminou com sete pessoas mortas. A decisão é de sexta-feira (24) e converteu a prisão temporária do acusado para prisão preventiva. Conforme a denúncia do MP, ofertada nesta quinta-feira (23), Edgar vai responder por sete homicídios qualificados, com os qualificadores de motivo torpe, emprego de meio cruel, por meio que resultou perigo comum e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima. Além disso, Edgar também terá mais uma qualificadora, que é a morte de uma menina de 12 anos

PÁG. 7

PGR quer derrubar lei que proíbe PCHs

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se posicionou pela inconstitucionalidade da lei 11.865/2022, que proibiu a instalação de usinas hidrelétricas na extensão do Rio Cuiabá. Os pareceres foram assinados pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, na última quarta-feira, 23 de março, defendendo a pro-

cedência de duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) que contestam a lei estadual. Segundo a PGR, a lei aprovada pela Assembleia Legislativa invade competência exclusiva da União, ao legislar sobre curso de água com potencial de geração de energia hidráulica, caso do Rio Cuiabá

PÁG. 3



Reprodução

Vendas de motos aceleram 66,5% em MT

A venda de motos tem disparado em Mato Grosso e surpreendido o setor de veículos, que tem registrado sucessivos aumentos de emplacamentos de veículos de duas rodas. Segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), houve aumento de 66,5% nas vendas em fevereiro deste ano em comparação com o mesmo mês de 2022. Com esse aumento significativo nas vendas, a participação das motos no mercado geral de automóveis também passou de 35% para 44,3%. Ou seja: a cada 10 veículos vendidos, 4,4 são motos

PÁG. 8



Gilberto Leite

EDITORIAL

O vírus do negacionismo

O negacionismo no Brasil tomou proporções dantescas durante a pandemia de covid-19. Primeiro, se manifestou por meio da minimização da doença e no boicote às medidas preventivas, sob uma alegada hipótese de cerceamento da liberdade, o que acabou resultando em uma das maiores catástrofes humanitárias da história brasileira. Porém, a contestação da ciência ficou ainda mais perniciosa com a politização da vacinação, nossa única arma efetiva contra uma série de doenças graves.

Por sorte, os negacionistas são minoria da população. Entretanto, são uma minoria que incomoda e que põe em risco a vida e a saúde daqueles que querem se cuidar. A forma mais perversa do negacionismo se manifesta na resistência em vacinar crianças e adolescentes. Coloca em risco a vida e o futuro de milhares de crianças, que não estão recebendo as vacinas básicas da caderneta nacional, como a gotinha que protege contra a poliomielite.

Iniciada em 17 de agosto, a campanha contra a poliomie-

lite em Mato Grosso mal alcançou metade do público alvo em todas as idades. De acordo com os dados da plataforma LocalizaSus, do Ministério da Saúde, a cobertura vacinal do estado atingiu apenas metade das crianças. Para isso, as prefeituras realizaram até três 'Dias D' de vacinação e apelaram para toda sorte de mecanismos que pudessem ajudar a alcançar o objetivo.

A campanha de vacinação contra o sarampo segue em ritmo igualmente difícil. O negacionismo nos fez chegar ao ponto de perder o certificado de eliminação do sarampo, que havia sido concedido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No começo do mês,

o governo federal lançou um novo esforço para erradicar o sarampo do Brasil, mais uma vez, mas tem colhido poucos resultados nessa batalha.

O vírus negacionista tem se mostrado mais perigoso do que as doenças que são combatidas pela vacina, a tal ponto que entidades internacionais têm emitido alertas sobre o risco de retorno de doenças que já eram consideradas erradicadas. Tudo pela falta de vacinação.

A vacinação de crianças tem caminhado a passos de formiga devido à epidemia de informações falsas que são divulgadas 'à torta e à direita' na internet. A descrença foi semeada até pelo próprio mi-

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

nistro da Saúde, que pretendia impor a exigência de pedido médico para vacinação das crianças, como se o imunizante fosse um risco maior do que a doença.

Mais do que bom senso, rejeitar o negacionismo e as notícias falsas é uma atitude de respeito à vida, tanto a própria quanto a do próximo.

Alienação e concessão de terras

Ana Lacerda (*)

De início se faz necessário explicar a diferença de uma concessão e de uma alienação de terras públicas. Enquanto a concessão é a permissão (da União ou Estado) para que um particular utilize a área pública (que continua pública) por um determinado período e mediante o pagamento de uma taxa, a alienação é a transferência de um bem público para as mãos da iniciativa privada.

Dito isto, é importante lembrar que, em sua origem, todo imóvel rural um dia foi terra pública. Sendo assim, é sempre importante muita atenção na hora de comprar uma propriedade no campo.

Não raras vezes é comum ao operador do Direito e/ou técnico se deparar com irregularidades, o que resulta, em alguns casos, em nulidade daquela matrícula. Exatamente por isso, é fundamental que interessados na compra de um imóvel rural faça estudos necessários antes de adquirir um bem e "não levar gato por lebre".

No caso específico das terras públicas, a alienação pode ocorrer por meio de ven-

ta direta ou leilão. O objetivo da alienação é a ocupação do território de forma que o ente público consiga ter uma melhor gestão territorial, bem como melhorar a produção, gerar riquezas, empregos, distribuição de renda e possa "investir" na área, por meio de uma utilização mais adequada às suas características intrínsecas, seja para fins comerciais, industriais ou habitacionais.

Entretanto, é preciso que haja um cuidado na gestão deste processo. Uma regularidade da propriedade, ainda mais quando é uma propriedade rural, é a premissa necessária para todo o desenvolvimento agropecuário. Daí ser comum no meio rural o adágio "quando a árvore é torta, até a cinza é torta".

Já a concessão de terras públicas é uma alternativa para a utilização de áreas públicas sem que haja necessidade de alienação ou transferência de domínio. A concessão no meio rural pode ser feita para diversos fins: agricultura, pecuária, turismo, mineração, entre outros.

É importante ressaltar que a concessão deve ser feita de forma responsável e em conformidade com a legislação ambiental,

garantindo a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade das atividades realizadas na área concedida.

Além disso, é fundamental que haja uma fiscalização efetiva por parte do poder público para garantir que as áreas concedidas aos usuários sejam utilizadas de forma adequada e que as obrigações previstas em contrato estejam sendo atendidas. Caso contrário, pode haver a revogação da concessão e a retomada da área pelo poder público.

Em suma, tanto a alienação, quanto a concessão de terras públicas, devem ser realizadas de forma responsável e transparente, visando o interesse público e a sustentabilidade das atividades realizadas nas áreas concedidas ou alienadas.

O tema é muito importante, ainda mais em um Estado eminentemente agropecuário, como é Mato Grosso. Aliás, ele está tão em pauta que recentemente Supremo Tribunal Federal (STF), ao ser provocado pelo Governo de Mato Grosso, decidiu de forma unânime que é necessária a autorização da Assembleia Legislativa para a alienação ou concessão de terras públicas do Estado, ressaltando apenas a hipótese de uso para

fins de reforma agrária.

É importante ressaltar neste contexto que a regularização é fundamental para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, pois permite o planejamento e a gestão adequada das atividades agropecuárias.

Para aqueles que pretendem dar início ao processo de regularização fundiária, o recomendável é procurar o respaldo técnico de uma assessoria que tenha expertise no assunto, pois o processo é burocrático e o caminho até chegar à autorização legislativa é árduo.

Por fim, importante nossos heróis do campo estarem atentos aos documentos obrigatórios de seus imóveis rurais, bem como, ter certeza da regularidade de suas propriedades rurais. Isso evitará transtornos e garantirá mais tranquilidade para trabalhar, gerar empregos, renda, sustento próprio, segurança alimentar e o desenvolvimento do país.

*ANA LACERDA é advogada em Cuiabá.



Efeito placebo

Francisney Liberato (*)

Tudo aquilo que criamos em nosso imaginário reflete na vida real. Assim como o efeito placebo tem resultados a partir de uma crença positiva sobre algo, comece a acreditar, positivamente, em seus sonhos e eles se tornarão reais.

Diversas pesquisas conseguiram comprovar o chamado efeito placebo, que consiste na sensação de alívio dos sintomas de determinada doença e dor sem tomar uma medicação verdadeira e real.

A pessoa não toma os remédios verdadeiros, mas pensa que está tomando. Ainda que, do ponto de vista fisiológico, o organismo não seja beneficiado com o tratamento, as pílulas de farinha ou de açúcar são capazes de agir sobre o bem-estar do paciente com tanta eficácia quanto as drogas farmacêuticas, isto é, de forma psicológica.

O site da revista Seleções apresenta: "Os cientistas começam a reconhecer o poder do efeito nocebo. Uma revisão feita

na Alemanha em 2012 afirma que ele é responsável pelas taxas de abandono nos grupos de controle dos estudos clínicos — as pessoas acreditam que o medicamento falso que estão tomando é o medicamento verdadeiro e, portanto, apresentam os possíveis efeitos colaterais. Um estudo italiano informou a pessoas com e sem intolerância à lactose que elas receberiam lactose para avaliar o efeito em seu intestino. Metade das que tinham intolerância e um quarto das que não tinham intolerância relataram sintomas desagradáveis depois que todas elas haviam tomado uma inofensiva dose de glicose. Um participante do estudo clínico de um medicamento teve uma diminuição perigosa da pressão arterial por superdosagem do que ele pensava ser um antidepressivo — sua pressão arterial só se normalizou quando ele soube que havia tomado uma substância inerte".

Percebeu como é interessante o efeito placebo? As pesquisas mostraram que os efeitos do remédio verdadeiro e do remédio falso são iguais, em alguns casos, o remé-

dio falso teve um efeito melhor do que o verdadeiro.

No mundo em que vivemos, as doenças psicossomáticas crescem assustadoramente. Muitos indivíduos criam a dor de doença que não existe efetivamente.

Quando vão ao consultório, alguns médicos utilizam o remédio de açúcar, e o efeito é aceitável, pois é melhor do que drogar o paciente.

Veja que o resultado do efeito placebo consiste naquilo em que se acredita, ou seja, se você acreditar que é possível ser aprovado em um concurso público, certamente você será capaz de conseguir cumprir isso. Por outro lado, se você acredita que não é inteligente (efeito nocebo), certamente o seu cérebro pensará dessa forma.

De uma coisa estou convicto, de todo modo: a forma como você pensa é o que de fato ocorrerá.

Não estou dizendo que você não deve reconhecer os seus erros e falhas, mas sim que, mesmo reconhecendo, é possível pensar de forma positiva, pois o efeito placebo

aparecerá e lhe trará bons resultados. Pense nisso e comece a acreditar mais em você!

FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.D. Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Vice-presidente da Associação Brasileira dos Profissionais da Contabilidade — ABRAPCON. Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole", "Fenomenal", "Reinvente sua vida" e "Como passar em concursos — Vol. 1 e 2", "Como falar em público com excelência", "Legado", "Liderança", "Ansiedade", "Mude sua vida em 50 dias Premium", "Inteligência emocional" e "Manual do Concurseiro". www.francisney.com.br



Você vende pela internet?

Vitor Mateus Lima (*)

Quem nunca comprou pela internet? Seja uma compra de menor valor ou algo mais caro, é difícil encontrar quem jamais tenha adicionado compras a um carrinho virtual. No universo digital, players gigantes têm diariamente milhões de acessos e movimentam enormes quantidades de dinheiro em vendas. Por outro lado, pequenos empreendedores também podem oferecer seus produtos nesses marketplaces ou em locais de venda, o que ajuda a movimentar a economia do país em diferentes níveis.

Para este ano, a expectativa é de que o mercado de e-commerce continue a crescer. Comparando com 2022, em que tivemos muitas incertezas e, novamente, alterações no comportamento do consumidor, causando desaceleração do faturamento anual do mercado, é preciso que o lojista esteja atento às principais tendências para este e os próximos anos.

E para chegar lá, percebemos tendências bem-organizadas no segmento. São elas:

1 - Melhoria na logística

Talvez a maior mudança nos últimos anos tenha sido a crença maior nas compras on-line, com maior confiabilidade e sucesso

também. Especialmente devido à pandemia da Covid-19, quando os consumidores não podiam sair de casa para comprar seus produtos, acontece que isso gerou a necessidade de entregas mais rápidas.

Com a volta total das lojas, essa necessidade fica ainda mais evidente, já que o consumidor pode ir às lojas físicas adquirir o item e já tê-lo em mãos. Afinal, comprar sempre gera uma ansiedade natural, e o consumidor mais ansioso demanda processos logísticos mais ágeis.

Assim, é necessário melhorar seus processos e desempenhar os fenômenos chamados "same day" e "same hour", buscando entregar no mesmo dia ou até na mesma hora, após a conclusão da compra. Isso também impacta os marketplaces, que valorizam vendedores parceiros que entregam no prazo e o quanto antes para o consumidor final.

2 - Variabilidade no número de canais

"Omnicanalidade", ou variabilidade de canais como aplicativos, sites, tele vendas, WhatsApp, está mais e mais presente no dia a dia do consumidor, com formas diferentes de efetuar compras, por exemplo: ele pode comprar pelo site e retirar na loja, assim como pode ver o produto antes no ambiente físico e finalizar a compra no ambiente digital. Para que a venda seja concluída, é preciso ter todos os canais alinhados e integrados para não haver erros de comunicação.

3 - Estratégias de divulgação

Estudos comprovam que os visitantes estão cada vez mais propensos a pesquisar produtos diretamente nos mecanismos de busca do marketplace, portanto, aqueles que não investem em anúncios pagos, aca-

bam perdendo visibilidade e conversões. Por isso, estratégias ads mais presentes são o básico para os sellers: utilizar mídia paga já se torna algo essencial para vendedores que desejam alcançar mais público, porém o ponto alto é utilizar as plataformas de publicidade paga dos próprios marketplaces em que o vendedor está inserido.

Outra forma são os produtos "tiktokables" e a viralização de conteúdo. O TikTok e os conteúdos em vídeos mais curtos são, atualmente, um dos pontos de maior destaque na internet. Os empreendedores precisam utilizar esse potencial para divulgar seus produtos de maneira criativa para ter a possibilidade de viralizar e atingir uma maior parcela de público.

4 - Melhor idade com acessibilidade digital

Já foi o tempo em que as compras on-line eram dominadas pelo público mais jovem. Com a pandemia, pessoas +50 sentiram-se mais confiantes para realizar seus pedidos, e os lojistas precisam entender o comportamento da categoria e adaptar suas comunicações para não perder essa importante parcela de potenciais clientes.

Ter conhecimento sobre tendências e estudos transforma o seller em estrategista para estar à frente do seu concorrente. O que se torna necessário, já que o e-commerce vem fazendo crescer o número de empreendedores, que, igualmente, desejam crescer.

VITOR MATEUS LIMA É CTO da Magis5cias (UFMT).



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

INCONSTITUCIONAL

Órgão ministerial afirma que Assembleia invadiu competência exclusiva da União ao proibir a construção de usinas hidrelétricas no Rio Cuiabá

PGR é contra proibição de PCHs



Gabriel Soares

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se posicionou pela inconstitucionalidade da lei 11.865/2022, que proibiu a instalação de usinas hidrelétricas na extensão do Rio Cuiabá. Os pareceres foram assinados pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, na última quarta-feira, 23 de março, defendendo a procedência de duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) que contestam a lei estadual.

As ações são movidas pela Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel) e pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e estão sob relatoria do ministro Edson Fachin.

Segundo a PGR, a lei aprovada pela Assembleia Legislativa invade competência exclusiva da União, ao legislar sobre curso de água com

potencial de geração de energia hidráulica. O órgão ressalta que água e energia são questões de interesse nacional, devido ao seu papel preponderante para a sobrevivência humana e o desenvolvimento nacional. Justamente por isso que a competência para legislar sobre esses assuntos é exclusiva da União.

A Assembleia Legislativa chegou a argumentar que a lei seria voltada à proteção e defesa do meio ambiente, sobretudo do Pantanal mato-grossense, que é considerado um patrimônio natural da humanidade devido à sua rica diversidade em fauna e flora. Ao argumentar que a lei defende o meio ambiente, a Assembleia ressaltou que a competência legislativa é concorrente nesse caso, ou seja, cabe tanto a Estados quanto à União.

Porém, a PGR não acatou esse argumento. Para o órgão ministerial, a lei trata da exploração de água e energia.

“Destarte, ao vedar a construção de Usinas Hidrelétricas – UHEs e Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs ao longo de toda a extensão do Rio Cuiabá, ainda que a pretexto de pre-



PGR cita que água e energia são temas de interesse nacional e, portanto, cabe exclusivamente à União legislar sobre isso

servar o meio ambiente, a lei estadual atacada adentrou as competências privativas da União para legislar sobre água e energia, bem como para explorar os serviços e instalações de energia elétrica e dispor acerca do aproveitamento do potencial energético dos cursos d'água e, ainda, para instituir o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de

seu uso”, diz o parecer da PGR.

O posicionamento da PGR segue na mesma linha que a Advocacia-Geral da União (AGU) e o próprio governo do Estado. Consultados pela Suprema Corte, ambos defenderam que a lei seja declarada inconstitucional, também sob o argumento de invadir exclusiva da União de legislar sobre águas e energia.

O governo estadual foi além e apontou

mais um motivo para inconstitucionalidade da lei, sustentando que “ao obstar a construção de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas em toda extensão do Rio Cuiabá, a proposição acaba por criar novas obrigações à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT, interferindo no seu funcionamento e organização”.

O PROJETO – A matéria tramitava na As-

sembleia Legislativa desde 2019. Ela retornou às discussões no início do ano, após o autor da proposta, deputado Wilson Santos (PSD), criticar a mudança de postura dos parlamentares, que antes eram favoráveis e que depois se posicionaram contrários à proibição, o que, segundo ele, ocorreu devido à pressão “de forças ocultas”.

O projeto foi aprovado com ampla maioria na Assembleia Legislativa, mas acabou vetado pelo governador. Ao vetar o projeto, Mauro destacou que seguiu a manifestação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que destacou a inconstitucionalidade da proposta por interferir na competência privativa da União de legislar sobre águas.

Além disso, observou que a matéria extrapola a competência normativa conferida aos Estados para legislar sobre proteção do meio ambiente e invade a competência do Poder Executivo para criar atribuições a entidades da Administração Pública.

No entanto, os apontamentos não convenceram os parlamentares que, por 20 votos a três, derrubaram a posição contrária à proposta.

ROMBO DE R\$ 700 MILHÕES

AL autoriza aporte extra do Estado no MTPrev

Gabriel Soares

A Assembleia Legislativa aprovou na quarta-feira, 22 de março, o projeto de lei apresentado pelo governo do Estado para cobrir o rombo de aproximadamente R\$ 700 milhões encontrado na Plano Previdenciário dos servidores públicos estaduais. O texto foi aprovado por unanimidade em primeira votação e tramita em regime de urgência urgentíssima, o que dispensa uma série de formalidades na tramitação.

O texto aprovado pelos deputados prevê que o governo precisará fa-

zer aportes ao Plano Previdenciário por mais dois anos para cobrir o déficit atuarial. Antes, a previsão era de que o saldo fosse quitado até 2026. Agora, os aportes serão necessários até 2028 para manter a sustentabilidade da previdência estadual.

Ao todo, o Estado precisará aportar R\$ 2,164 bilhões ao Plano Previdenciário para garantir sua sustentabilidade. Planilha apresentada pelo governo mostra que o rombo de R\$ 700 milhões implicou em um déficit adicional de R\$ 840 milhões, considerando os juros.

Na justificativa aos deputados, o governo afirma que o déficit de R\$ 700 milhões foi criado pela ampliação das isenções previstas na lei complementar nº 700/2021, que sofreu alteração durante sua tramitação na Assembleia Legislativa.

“Porém, em virtude de alterações na política de benefícios previdenciários, o valor do déficit atuarial foi majorado. Contribuíram para o aumento de quase R\$ 700 milhões do déficit atuarial as isenções concedidas na Lei Complementar número 700, de 9 de agosto

de 2021”, diz trecho da justificativa.

O déficit no MT Prev já havia sido citado por representantes do governo no ano passado,

quando a Assembleia Legislativa debatia a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para ampliar a isenção dos aposentados

e pensionistas. O objetivo da PEC era estender a faixa de isenção para os aposentados que recebem até o teto do INSS, hoje em R\$ 7,5 mil.

AGENDA EM ABRIL

Ministro planeja anunciar obras na BR-158 durante visita a MT

Gabriel Soares

Recursos para destinar o asfaltamento das BRs 158 e 242 já estão assegurados. A garantia foi dada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, durante reunião com o governador Mauro Mendes (União) em Brasília, na tarde de quarta-feira, 22 de março.

No entanto, ainda é preciso resolver pendências de licenciamento ambiental para dar início às obras. Renan Filho afirmou na reunião que espera ter resultados para anunciar durante sua visita a Mato Grosso, agendada para o dia 28 de abril.

“O ministro, como sempre, muito gentil, competente, conhece do ramo e está muito empenhado para dar uma solução à 158. Nós estamos acreditando muito, porque essa foi uma das prioridades que colocamos para o presidente Lula resolver em Mato Grosso. O ministro, com a equipe do DNIT [Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes], está empenhado em dar uma solução”, relatou o governador, após a reunião.

A mesma garantia já havia sido dada pelo ministro aos senadores Jayme Campos (União) e Wellington Fagundes (PL) na última terça, 21, durante reunião conjunta das comissões de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional. Na ocasião, o ministro afirmou que tem previsão de investir cerca de R\$ 900 milhões em Mato Grosso, sendo R\$ 502 milhões para manutenção de estradas e R\$ 493 milhões para obras de construção e adequação viária.

O problema da BR-158 é um trecho de 120 km que precisa ser asfaltado. O traçado original da rodovia atravessava a reserva indígena Marãiwatsédé e acabou sendo fechado por ordem da Justiça Federal. Diante disso, o governo federal optou por um caminho alternativo, que corta os municípios de Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada e Alto Boa Vista.

A estrada na região não tem asfalto, fazendo os caminhoneiros sofrerem com atoleiros, buracos e congestionamentos constantes, além de aumentar as chances de acidentes.

Já na BR-242, o principal problema é no trecho que liga o distrito de Santiago do Norte a Querência, por conta de pendências em licenças ambientais.

De acordo com o ministro Renan Filho, os recursos federais já estão disponíveis e agora só é necessário aguardar a resolução de entraves ambientais para iniciar as obras.

“São BRs fundamentais para o desenvolvimento de Mato Grosso, da região do Araguaia. E nós vamos trabalhar duro para realizar essas obras, que é o que o presidente Lula tem a nós recomendado. Ele já garantiu os recursos e agora precisamos finalizar as autorizações ambientais dessa obra. No dia 28 de abril, estarei em Mato Grosso, se Deus quiser para dar notícias boas”, adiantou o ministro.

Também estiveram presentes os senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes; a deputada federal Coronel Fernanda e o secretário-chefe da Casa Civil, Rogério Gallo; além de prefeitos, vereadores e lideranças.

ELEIÇÕES 2024

PSB cogita lançar nomes para Prefeitura de Cuiabá

Da redação

O deputado estadual Max Russi, presidente do PSB em Mato Grosso, afirmou que seu partido não vai impor uma candidatura para a Prefeitura de Cuiabá nas eleições de 2024, mas, se algum dos nomes do PSB na capital topar a disputa, terá todo apoio do PSB estadual e nacional.

Dentre os nomes levantados por Max Russi estão o do deputado estadual de primeiro mandato, Beto Dois a Um, o deputado Allan Kardec, a médica Natasha Silhessarenko, além do

empresário do ramo de eventos e sócio da Musiva, Elson Ramos.

“Nós temos o Beto Dois a Um, o próprio Allan Kardec, a Natasha, temos o empresário Elson Ramos, enfim, nós temos vários nomes que teriam condição de colocar o nome e contribuir muito com Cuiabá, [contribuir] muito com a gestão da nossa capital”, disse Max, na manhã de quarta-feira (22), na Assembleia Legislativa.

Ainda segundo Max, o PSB de Mato Grosso tem bons nomes e só depende da vontade

de desses integrantes para o partido entrar no pleito. De acordo com Max, o essencial é ter muita vontade e apoio da família.

“Você tendo esses dois quesitos, vontade de trabalhar para o povo e fazer algo diferente, pode colocar o nome à disposição para disputar a eleição”, completou Max Russi.

Já para as prefeituras do interior, Max disse que o PSB deve ter pelo menos 40 candidatos a prefeitos, além de quase 100 diretórios já terem os nomes prontos para vereadores.

MESA DA ASSEMBLEIA

Ministro do STF afirma que decisão de 2021 deveria ser interpretada para proibir posse de quem já estava no 2ª mandato; julgamento foi suspenso

Moraes vota para mudar Presidência



Gabriel Soares

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), apresentou voto para retirar o deputado estadual Eduardo Botelho (União) de seu quarto mandato como presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. A manifestação foi feita durante julgamento em plenário virtual da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que contesta a reeleição da Mesa Diretora por mais de uma vez. Iniciado na última sexta-feira, 17 de março, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, feito na segunda, 20.

Apesar da manifestação de Moraes, por hora prevalece o entendimento firmado pelo STF anteriormente, de que a proibição para reeleição na Mesa Diretora só se

aplica aos pleitos realizados após 7 de janeiro de 2021, desconsiderando as composições anteriores.

Porém, ao julgar o caso específico de Mato Grosso, Moraes apontou que Botelho tomou posse de seu terceiro mandato após o marco temporal fixado pelo STF. Além disso, o ministro argumentou que a interpretação dada atualmente à decisão da Suprema Corte esvazia a eficácia da medida.

Por isso, concluiu que deve ser proibida a posse para um novo mandato na Mesa Diretora dos parlamentares que já estivessem exercendo seu segundo mandato consecutivo à época do julgamento. No caso específico de Mato Grosso, Botelho estava já estava em seu segundo mandato e foi reconduzido para o terceiro mandato em 2021. No começo deste ano, Botelho foi reeleito para o quarto mandato de presidente da ALMT.

“Diante de todo o exposto, julgo PROCEDENTES as Ações Diretas, para FIXAR INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO [...], no sentido de POSSIBILITAR UMA ÚNICA REELEIÇÃO SUCESSIVA

AOS MESMOS CARGOS DA MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO, independentemente da legislatura, estabelecido como marco temporal para a eficácia dessa declaração a data da publicação da ata de julgamento da ADI 6524, qual seja, 8/1/2021, vedada a posse em novo mandato, após essa data, se o parlamentar já estiver no exercício de um segundo mandato consecutivo”, afirmou o ministro.

O voto de Moraes foi acompanhado integralmente pela ministra Carmen Lúcia. Porém, o julgamento foi suspenso após novo pedido de vista do ministro Gilmar Mendes. Esta é a sexta vez que o STF tenta julgar essa questão, desde junho de 2021.

OUTRO LADO - Por meio de nota, a Assembleia Legislativa afirmou que prevalece o entendimento anterior do STF, de que o limite às reeleições consecutivas só valeria para as eleições realizadas após 7 de janeiro de 2021, desconsiderando-se as anteriores. A Assembleia afirma ainda que o mesmo entendimento foi aplicado às eleições de Casas Legislativas em outros es-



Decisão de Moraes cita que Botelho já estava reeleito de presidente para seu terceiro mandato quando o julgamento foi concluído

tados e, por esse critério, “as duas últimas eleições realizadas para a Mesa Diretora da ALMT são válidas, não tendo ultrapassado o limite de reconduções”.

CONFIRMA A NOTA: Com relação ao julgamento da ADI n. 6674, que discute limitações ao número de reconduções para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Mato

Grosso, cabe esclarecer que o processo foi submetido ao Pleno do Supremo Tribunal Federal e ainda está pendente de julgamento.

Ainda assim, vale lembrar que a jurisprudência do Supremo Tribunal, respeitando a segurança jurídica, firmou-se, em julgamento do Pleno, no sentido de que o limite máximo de dois mandatos con-

secutivos incide apenas para eleições realizadas após 07.01.2021, desconsiderando-se as anteriores.

De acordo com esse critério, aplicado em diversos casos semelhantes de assembleias legislativas, as duas últimas eleições realizadas para a Mesa Diretora da ALMT são válidas, não tendo ultrapassado o limite de reconduções.

MESA EM JULGAMENTO

Botelho cita caso do PR e pede coerência ao STF

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado Eduardo Botelho (União Brasil), disse que recebeu com tranquilidade o voto dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes e Carmen Lúcia, contra a sua condução para o quarto mandato como presidente do Parlamento estadual.

O julgamento iniciou na última sexta-feira (17), no Plenário Virtual, mas acabou sendo adiado na segunda-fei-

ra (20), após pedido de vista do ministro Gilmar Mendes. Não há data para que o julgamento seja finalizado.

Botelho disse que está tranquilo, pois o STF votou um processo semelhante, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, onde a Suprema Corte permitiu que o presidente do Parlamento paranaense, Aedemar Traiano, disputasse o pleito para o quinto mandato consecutivo.

A decisão que permitiu que Traiano disputasse o quinto mandato como presidente foi

tomada em dezembro do ano passado, permitindo que o político paranaense disputasse e vencesse o pleito em chapa única em fevereiro deste ano.

Quando o STF julgou que não poderia ocorrer reeleição, também entendeu futuramente que a decisão não poderia retroagir para prejudicar os presidentes já eleitos. Botelho até chegou a ser afastado do cargo e uma nova reeleição foi realizada, colocando o deputado Max Russi na presidência, no entanto voltou meses depois.

Após isso, os legislativos seguiram o entendimento de que a decisão valeria somente para os pleitos seguintes. Isto é, eles tinham acabado de serem reeleitos e se mantiveram no cargo em razão de que a decisão não pôde retroagir. Logo, iniciariam a contagem dos mandatos a partir da data da publicação do acórdão, portanto, poderiam se candidatar novamente.

Agora, a Rede Sustentabilidade questiona esse entendimento tomado pelos deputados estaduais, que pode pô-

em xeque o atual mandato de Eduardo Botelho.

“O STF fez uma votação para a Assembleia do Paraná e, naquele caso, ficou bem claro que, para a maioria dos ministros, para efeitos de inelegibilidade da Mesa Diretora, seria para eleições que fossem realizadas depois do acórdão. Com isso, nós poderíamos ser candidatos, assim como outros também fizeram o mesmo pelo país. A única coisa que digo é que espero que se mantenha aquilo que eles mesmos votaram em dezembro”, disse Botelho.

O deputado disse esperar que os ministros da Suprema Corte adotem o mesmo critério que adotaram no caso da Assembleia do Paraná.

“A gente espera que eles mantenham a mesma linha de raciocínio, afinal eles já fizeram isso e que mantenham o mesmo critério para mim. O acórdão fala em duas eleições após a publicação do mesmo. Lá no Paraná é o mesmo caso. Agora é só aguardar, confiando que seja mantida a mesma jurisprudência que eles mesmo criaram lá”, disse.

NOVELA ANTIGA

Ministro garante que irá destravar BRs 158 e 242

Gabriel Soares

O ministro dos Transportes, Renan Filho, garantiu ao senador Jayme Campos (União-MT) que o Governo Federal está trabalhando para superar os ‘desafios ambientais’ que travam as obras das BR-158 e 242 em Mato Grosso, além da Ferrogrão. Em audiência pública conjunta das comissões de Infraestrutura e Desenvolvimento Regional na terça-feira, 21 de março, Renan Filho afirmou que as obras de pavimentação das duas rodovias e a implantação da Ferrogrão serão viabilizadas em toda a sua totalidade.

“Eu fiquei muito feliz que está assegurada a obra de conclusão da BR-158, como também da 242. De forma que está assegurado para o

Estado de Mato Grosso, para melhorar as nossas rodovias, como também para obras novas, quase R\$ 900 milhões”, disse o senador.

Durante a reunião, o ministro Renan Filho destacou que os projetos de infraestrutura em Mato Grosso são fundamentais para o Brasil. Apontou ainda que, no caso das rodovias, são trechos relativamente pequenos, mas que impactam diretamente no escoamento da produção de grãos.

O ministro lembrou ainda que sua Pasta liberou recentemente R\$ 370 milhões para recuperação das BRs 158 e 242, atendendo uma indicação feita pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro.

Conforme apresentado na reunião, o Mi-

nistério dos Transportes deverá aplicar cerca de R\$ 1 bilhão em Mato Grosso este ano, com R\$ 502 milhões destinados à manutenção das estradas e R\$ 493 milhões para obras de construção e adequação viária.

“Com isso, nós estamos melhorando não só as rodovias que estão pavimentadas, mas, sobretudo, investimentos novos para melhorar a nossa infraestrutura”, avaliou o senador.

Campos ressaltou que Mato Grosso é o terceiro maior produtor de grãos do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e do Brasil, o que aumenta a necessidade de investimentos em infraestrutura, para garantir o escoamento da safra.

“Nós temos que destravar o Brasil, fazer

com que este país volte a ter seus investimentos. Falar em estrada é falar em desenvolvimento”, frisou.

QUESTÃO INDÍGENA - A BR-158, em seu traçado original, passava pela TI Marãiwat-sédé, dos Xavantes, criada posteriormente à implantação da estrada. Em 2019, o Ministério Público Federal pediu à Justiça a suspensão do uso da via e requereu que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) se abstinisse de emitir licença ambiental quanto ao trajeto. Diante disso, o Governo decidiu por um contorno de 190 Km para que a pista não passasse pela reserva. A previsão era de que as obras fossem iniciadas em 2022, mas o projeto não avançou.



Jayme comemorou indicação de investimentos de quase R\$ 1 bilhão em infraestrutura em MT

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Deputada e dois candidatos foram apontados como possíveis financiadores de caravanas que levaram bolsonaristas a Brasília para o dia 8 de janeiro

PF quer investigar Coronel Fernanda



Gabriel Soares*

A Polícia Federal pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que abra um inquérito para investigar a possível participação da deputada federal Coronel Fernanda (PL) na organização dos atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro, que culminaram na depredação das sedes dos Três Poderes, em Brasília. A informação foi revelada nesta quarta-feira, 22 de março, pelo Portal UOL.

A possível participação da deputada na organização dos eventos foi revelada por uma aposentada que mora em Barra do Garças, presa pela Polícia Federal após os atentados em Brasília. Gizela Cristina Bohrer, de 60 anos, afirmou em depoimento que a caravana que a levou para Brasília teria sido organizada pela Co-

ronel Fernanda e outros dois candidatos que não conseguiram se eleger, todos bolsonaristas.

Analady Carneiro da Silva (PTB-MT) e Rafael Yonekubo (PTB-MT), os candidatos que não conseguiram se eleger, também foram alvos do mesmo pedido de investigação. Todos os três negaram envolvimento com a organização de caravanas para o dia 8 de janeiro, quando procurados pela reportagem do UOL.

Se a investigação for autorizada pela Suprema Corte, Coronel Fernanda será a primeira deputada a ser investigada por participação direta nos atentados de 8 de janeiro. Outros três parlamentares já são alvos de inquérito da PF, mas 'apenas' por incitação de atos de violência. São eles: André Fernandes (PL-CE), Clarissa Tércio (PP-PE) e Silvia Waiãpi (PL-AP).

RELEMBRE O DEPOIMENTO - A aposentada Gizela Cristina Bohrer, 60 anos, contou à Polícia Federal que saiu de Mato Grosso para Brasília em um ônibus no sábado, 7 de janeiro, véspera do atentado contra as sedes dos Três Poderes.



Mulher presa pela PF afirmou em depoimento que Coronel Fernanda teria organizado caravana para Brasília às vésperas de 8 de janeiro

Segundo Gizela, foram oferecidas viagem e alimentação gratuitos para as pessoas que participavam da caravana.

"Todo mundo que vem nesses ônibus vem de graça e recebe todas as refeições de graça", disse.

Gizela ainda afirmou que a caravana era organizada pela Coronel Fernanda e por Analady Carneiro, que disputou para deputada federal e não se elegeu, e Rafael

Yonekubo, ex-candidato a deputado estadual que ficou como suplente.

"Os três coordenam grupos de WhatsApp e organizam caravanas para Brasília já há dois anos; que tais caravanas tinham por objetivo o apoio ao então Presidente Bolsonaro, tais como fizeram por ocasião dos desfiles de 7 de setembro e 15 de novembro de 2021 e 2022", afirmou.

Além de citar os nomes dos três, Gizela

apresentou os números de telefones deles, que ainda estavam ativos. Ela também entregou seu celular e revelou a senha aos investigadores, para ajudar com o andamento das investigações.

Gizela confirmou à PF que entrou no Congresso Nacional durante os atos do dia 8 de janeiro. Porém, ela disse que só foi ao local para filmar o que tinha acontecido, pois "estava chocada" com

o vandalismo e a depredação. Ela também disse que "acredita que quem fez o 'quebra-quebra' foram bandidos infiltrados" e que "não aprova invasões".

OUTRO LADO - Procurada pela reportagem do UOL, a deputada Coronel Fernanda negou que tenha organizado caravanas para os atos do dia 8 de janeiro e disse que estava em Mato Grosso nessa data. Ela ainda disse que chegou a ajudar na organização de caravanas em anos anteriores, mas não em 2023.

"Não tenho participação e nem sei quem é essa pessoa que está falando", afirmou.

Analady e Yonekubo também negaram qualquer participação na organização da caravana para Brasília. Yonekubo disse que se casou no dia 7 de janeiro e, como já tinha sido alvo de uma operação da Polícia Federal, não mexeu com mais nada. Já Analady afirmou que tinha viajado a Brasília em dezembro, mas não participou da organização das caravanas para o 8 de janeiro. "Ela se confundiu", disse Analady.

*Com informações do UOL

ACOMODAÇÃO FEDERAL

Rosa Neide é eleita para ocupar diretoria da Conab

Da redação

A ex-deputada federal Rosa Neide (PT) foi eleita para a Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A eleição foi realizada nesta terça-feira, 21 de março, no Conselho de Administração (Consad) da Conab.

Apesar de ter sido eleita, Rosa Neide não deve permanecer no cargo por muito tempo. Isso porque, segundo a própria ex-deputada anunciou, ela irá ocupar a vice-presidência da Conab. No entanto, o cargo ainda está em processo de criação e a nomeação para uma diretoria visa acomodá-la nesse interím.

Rosa Neide foi a deputada federal mais votada em Mato Grosso nas eleições do ano passado, com 124.671 mil votos. No entanto, ela não conseguiu garantir a reeleição devido ao quociente eleitoral. Agora, ela assume um importante cargo na empresa encarregada de gerir as políticas

agrícolas e de abastecimento do país, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade.

Já para a Diretoria de Operações e Abastecimento, foi escolhido Thiago dos Santos, especialista em gestão pública e funcionário público de carreira em Mato Grosso. Santos foi

assessor na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na Câmara dos Deputados, onde atuou na coordenação e na Vice-presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Além das nomeações, o Consad também elegeu Edegar Pretto, ex-

-deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, como presidente da Conab. A empresa é uma instituição oficial do Governo Federal, responsável por gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, assegurando o fornecimento de alimentos para a população e estimulando os mecanismos de mercado.

INVASÃO DE COMPETÊNCIA

AGU é contra lei que proíbe PCHs no Rio Cuiabá

Da redação

O advogado-geral da União, Jorge Rodrigo Araújo Messias, se manifestou contra a lei 11.865/2022, de autoria do deputado estadual Wilson Santos (PSD), que proíbe a construção de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no Rio Cuiabá. Segundo o chefe da AGU, a lei estadual "usurpa" competência exclusiva da União ao legislar sobre as águas.

A manifestação foi feita em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7323), que foi ingressada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no Supremo Tribunal Federal (STF). A mesma manifestação também vale para a ADI movida pela Associação Brasileira de Geração De Energia Limpa (Abregel), com o mesmo objetivo.

O processo é relatado pelo ministro Edson Fachin, que também pediu para que as demais partes, Assembleia Legislativa e Governo do Es-

tado, se manifestassem no processo.

A Assembleia alegou que a lei é constitucional, pois teria sido feita com fundamento na competência comum da União, Estados e Municípios de proteger o meio ambiente. Sustentou também que é competência dos três entes legislar sobre matéria ambiental. Por fim, a Assembleia invocou o princípio da predominância do interesse de preservação ambiental (in dubio pro natura).

Já o governo do Estado alegou que a legislação é inconstitucional, pois viola a competência privativa da União para legislar sobre águas e energia. Além disso, a norma ofenderia a competência do governo federal em instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.

Jorge Messias, por sua vez, também seguiu o entendimento do governo estadual, afirmando que "usurpa" a competências da União em le-

gislar sobre águas e energia, além de que cursos de água, como é o caso do Rio Cuiabá, que possuem potencial de geração de energia elétrica também pertencem à União.

"A proibição irrestrita de construção de usinas hidrelétricas em toda a extensão de um rio de domínio federal, por meio de ato legislativo estadual, por si só, afasta a possibilidade de qualquer debate e equacionamento prévio entre o ente estadual e a União acerca do suprimento de energia elétrica do País. Diante dessas considerações, verifica-se a incompatibilidade da Lei nº 11.865/2022 do Estado de Mato Grosso com o texto constitucional", disse o advogado-geral da União.

O PROJETO - A matéria tramitava na Assembleia Legislativa desde 2019. Ela retomou as discussões no início do ano passado após o autor da proposta, deputado Wilson Santos (PSD), criticar a mudança de postura dos parlamentares, que antes eram favoráveis e que depois

se posicionaram contrários à proibição, que segundo ele, ocorreu devido à pressão, "de forças ocultas".

Ao vetar o projeto, o governador Mauro Mendes (União) destacou que seguiu a manifestação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) que

destacou a inconstitucionalidade da proposta por interferir na competência privativa da União de legislar sobre águas.

Além disso, observou que a matéria extrapola a competência normativa conferida aos Estados para legislar sobre proteção do meio ambiente

e invade a competência do Poder Executivo para criar atribuições a entidades da Administração Pública.

No entanto, os apontamentos não convenceram os parlamentares que, por 20 votos a três, derrubaram a posição contrária à proposta.



AGU afirma que rios com potencial de geração de energia, como é o caso do Rio Cuiabá, pertencem à União

SALÁRIO PARA ENFERMEIROS

Valor oferecido confronta a lei 14.434/2022, que estabelece o piso da enfermagem em R\$ 4.750 para enfermeiros e R\$ 3.325 para técnicos

Prefeitura quer pagar abaixo do piso

Ilustração | Tchêlo Figueiredo



Gabriel Soares

Concurso para contratação de técnicos e enfermeiros na rede pública de Saúde de Acorizal (62 km ao norte de Cuiabá) causou revolta nos profissionais de saúde, por oferecer salários abaixo do piso estabelecido por lei. O edital prevê remunerações de R\$ 1,5 mil e R\$ 2,5 mil para os profissionais, que deverão atuar por 40 horas semanais.

O valor oferecido confronta a lei 14.434/2022, que estabelece o piso da enfermagem em R\$ 4.750 para enfermeiros e R\$ 3.325 para técnicos.

A presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso (Coren-MT), Lígia Arfeli, criticou a proposta em nota divulgada nesta quinta-feira (23), afirmando que os valores oferecidos são insuficientes diante da responsabilidade e das

atividades diárias desempenhadas pelos profissionais.

“Para enfermeiro, uma profissão que necessita de uma formação mínima de cinco anos, o salário pago é de R\$ 2,2 mil, ou seja, menos que dois salários mínimos, um absurdo diante da responsabilidade que esse profissional possui e as atividades que precisa realizar diariamente”, critica Lígia.

O Coren-MT repudiou o concurso e afirmou que a proposta da prefeitura “significa uma afronta ao trabalho destes profissionais, além de não possuir respaldo em pesquisas de mercado, pois tais valores se encontram abaixo do que é praticado no Estado”.

O Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso (Coren-MT) anunciou que vai contestar o edital na Justiça e cobrou o respeito à lei do piso da enfermagem.

A prefeitura de Acorizal ainda não se pronunciou sobre o assunto.

CONFIRMA A NOTA NA ÍNTEGRA - “O Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso (Coren-MT) vem a público manifestar repúdio contra o edital do concurso público da Prefeitura de Acorizal, que traz



A classe defende que os valores oferecidos são insuficientes diante da responsabilidade e das atividades diárias desempenhadas

vencimentos de menos de dois salários mínimos para os trabalhadores da enfermagem e ainda desrespeita a profissão ao não exigir registro no Conselho de classe, o que é obrigatório para o exercício profissional no nosso país.

O concurso em questão prevê salário de R\$ 2,2 mil para enfermeiro e de R\$ 1,5 mil para técnico de enfermagem e significa uma afronta

ao trabalho destes profissionais, além de não possuir respaldo em pesquisas de mercado, pois tais valores se encontram abaixo do que é praticado no estado.

Essa remuneração demonstra a desvalorização da categoria por parte da gestão pública, que desconhece a importância desses profissionais para o funcionamento de qualquer unidade de saúde e que

ainda ignora a lei do piso da enfermagem, garantido pela lei 14.434/2022.

Vale lembrar que a enfermagem é uma profissão regulamentada pela lei 7.498/1986 e possui Código de Ética, que tem como um de seus princípios éticos as boas condições de trabalho, o que pode ser gravemente comprometido e refletir na assistência prestada à população caso esses salários se-

jam mantidos na realização deste concurso.

Cobramos que os valores pagos aos profissionais da enfermagem sejam revistos neste concurso, não só como forma de se fazer justiça ao trabalho prestado por esses trabalhadores, mas também para evitar a consequente rotatividade que esses baixos salários proporcionam na rede municipal de saúde.”

ALERTA

Casos de dengue aumentam 600% em Rondonópolis

Ministério da Saúde

Da redação

Rondonópolis registrou 381 casos prováveis de dengue de janeiro a março de 2023. O número é 7 vezes maior que o mesmo período do ano passado, quando foram registrados 50 casos. A informação consta no Informe Epidemiológico nº 4 - Semana Epidemiológica 01 a 11 - da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), atualizado no último dia 17 de março.

Na terça-feira, 21, a Secretaria Municipal de Saúde do município emitiu um alerta à população quanto à necessidade de colocar em prática as medidas preventivas de combate à dengue. Segundo a pasta, o número de casos este ano já superou o do ano passado.

O aumento de casos de dengue vem sendo registrado no Brasil todo. Em Mato Grosso, 4.824 casos já foram confirmados este ano. Uma pessoa morreu em decorrência da doença e outros 4 casos estão sendo investigados. O óbito foi registrado no município de Colíder.

Segundo o informe epidemiológico, a classificação de alto risco para Dengue e Chikungunya,

com incidência dos casos acumulados, maior ou igual a 300 casos por 100 mil habitantes, da Semana Epidemiológica 1 a 11/2023, foi emitida para 29 municípios. (Veja lista abaixo)

Nenhum município foi classificado com alto risco para zika e/ou chikungunya.

Apesar do aumento expressivo de casos, Rondonópolis está com classificação amarela, com risco médio.

FORMAS DE PREVENÇÃO - Para prevenir a dengue é preciso combater a proliferação do mosquito Aedes Aegypti, transmissor da doença. Para isso, é importante eliminar a água armazenada que pode se tornar possíveis criadouros, como em vasos de plantas, lagões de água, pneus, garrafas plásticas, piscinas sem uso e sem manutenção, e até mesmo em recipientes pequenos, como tampas de garrafas.

Para evitar que o mosquito se prolifere é preciso manter as calhas limpas, piscinas que não são usadas devem ser cobertas. É importante ainda manter o quintal limpo, recolhendo o lixo e detritos em volta das casas, e deixando as lixeiras tampadas. O lixo deve sempre ser des-

cartado de forma correta e jamais jogado em terrenos baldios, construções e praças. A água dos bebedouros de animais também deve ser constantemente trocada e os recipientes lavados. Caixas de água devem permanecer tampadas.

FIQUE ATENTO AOS SINTOMAS - Ao apresentar os sintomas como febre alta, dor no corpo e articulações, dor atrás dos olhos, mal estar, falta de apetite, dor de cabeça e manchas vermelhas no corpo, é importante procurar um serviço de saúde para diagnóstico e tratamento adequados, todos oferecidos de forma integral e gratuita por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Municípios de MT com classificação alto risco para dengue:

1. Planalto da Serra
2. Água Boa
3. Gaúcha do Norte
4. Nova Bandeirantes
5. Paranaíta
6. Sapezal
7. Itiquira
8. Poção
9. Primavera do Leste
10. São José do Povo
11. Araguaiana
12. Nova Xavantina
13. Pontal do Araguaia
14. Ponte Branca
15. Torixoréu
16. Cotriguaçu
17. Juína
18. Juruena
19. Porto dos Gaúchos
20. Campos de Júlio
21. Comodoro
22. Conquista d'Oeste
23. Rondolândia
24. Lucas do Rio Verde
25. Colíder
26. Itaúba
27. Marcelândia
28. Nova Santa Helena
29. Serra Nova Dourada



Para prevenir a dengue é preciso combater a proliferação do mosquito Aedes Aegypti, transmissor da doença

Espelhos deixam o ambiente mais elegante!

PEÇA UM ORÇAMENTO!
(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR

MERCADO DA CARNE

Com retomada das exportações à China, pecuaristas veem chance de melhora nos preços para, finalmente, deixarem as contas 'no azul'

Pecuária quer 'potência máxima'

Fernando Dias/SEAPDR



vai aumentar sua cota anual de carne brasileira de 20 mil para 100 mil toneladas.

"Esperamos que haja uma retomada forte dos frigoríficos para que os preços pagos aos produtores melhorem, ainda mais agora que conseguimos abrir o mercado mexicano e a Indonésia aumentou sua cota de compra. Esperamos que essas boas notícias se reflitam também para o pecuarista, que está passando por um momento de muita dificuldade", afirma Oswaldo.

O caso atípico de 'vaca louca' foi identificado no dia 22 de fevereiro no Estado do Pará e as exportações foram suspensas no dia seguinte (23). Analistas cravaram, pouco tempo depois, que se tratava de um caso atípico, o que foi confirmado dias depois, por um laboratório no Canadá.

Apesar de a reabertura do mercado ter ocorrido em menos tempo que da última vez, em 2021, quando o Brasil ficou mais de 100 dias para embarcar a proteína para a Chi-



Amargando prejuízo há vários meses, pecuaristas esperam que retomada das exportações melhore os preços

na, o embargo preocupou os pecuaristas, que estão tentando melhorar a produtividade das fazendas. A reclamação é que o preço pago pela arroba do boi não tem sido suficiente para cobrir os custos de produção, que aumentaram consideravelmente nos últimos anos.

Como resultado do embargo, o preço da arroba caiu de R\$ 246, preço do dia 22 de fevereiro, para R\$ 236, já no final do mês de fevereiro. Porém, com o anúncio da abertura do mercado mexicano nos primeiros dias de março, o preço voltou a reagir, mas ainda as-

sim não superou a casa dos R\$ 247. Os dados são do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea).

De acordo com o boletim semanal da bovinocultura, produzido pelo Imea, o custo operacional total do sistema tipo 'recria/en-

gorda' fechou o quarto trimestre de 2022 em R\$ 264, R\$ 17 a mais do que o preço da arroba. Na comparação com o último trimestre de 2021, quando o custo operacional era de R\$ 241,77, houve um aumento de quase 10%.

Em 2021, entretanto, o preço da arroba era de R\$ 288, bem acima do custo de produção (R\$ 241). Portanto, naquela ocasião os produtores estavam com as margens positivas e se sentindo estimulados, cenário que veio se inverter e fazer com que pecuaristas descartassem as matrizes, marcando mais uma virada do ciclo da pecuária.

FÉRIAS COLETIVAS - Para absorver os impactos da parada de exportação de carne para a China, muitos frigoríficos deram férias coletivas para seus funcionários. Como resultado da paralisação de algumas plantas, a "utilização frigorífica operacional" ficou em 62%, segundo o Imea. Ou seja, de cada 10 plantas existentes em MT, apenas 6 estavam funcionando.

Ô POTÊNCIA

Sem Mato Grosso, Brasil perderia liderança

Da redação

O Brasil vai colher mais uma safra recorde de soja na temporada 2022/23, conforme números do último levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado em fevereiro deste ano. A produção total da oleaginosa brasileira será de 151,4 milhões de toneladas, 20,6% a mais que na safra anterior.

Sem Mato Grosso, entretanto, isso não seria possível, pois o estado localizado no Centro-Oeste brasileiro e também no centro geodésico da América do Sul é responsável por produzir 28,9% de toda a safra de soja nacional. Os sojicultores

mato-grossenses estão com a colheita praticamente concluída, com uma produção que deve passar de 4,4 milhões de toneladas.

Nesse cenário imaginário, no qual o maior estado produtor do Brasil seria desconsiderado, o país perderia a liderança mundial dessa cultura para os Estados Unidos da América. Segundo o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA, sigla em inglês), os produtores americanos vão colher 116,37 milhões de toneladas da oleaginosa.

Portanto, a safra americana de soja corresponde a quase 77% da safra brasileira. Caso nenhum mato-grossense produzisse soja, o

cenário iria se inverter. A safra brasileira seria de 107,5 milhões de toneladas, 8,86 milhões de toneladas a menos que a produção dos americanos. Ou seja, a produção brasileira iria corresponder a 92% da produção dos EUA.

A potência do agropécunia mato-grossense fica ainda mais evidente quando comparada à produção do terceiro maior país produtor de soja, a Argentina, que deve colher apenas 25 milhões de toneladas na safra 2022/2023. Mato Grosso vai superar a produção dos 'hermanos' em 19 milhões de toneladas.

Isto quer dizer que, se Mato Grosso fosse um país, ele ocuparia o

3º lugar de maior produtor de soja no mundo, deixando a Argentina em 4º lugar.

Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja/MT), Fernando Cadore explica que o clima tem prejudicado a produção argentina, mas não só isso. Segundo Cadore, a produção do nosso vizinho está praticamente estagnada há 10 anos, em torno de 50 milhões de toneladas de soja.

Cadore atribui essa estagnação à alta taxa de produção dos produtos ligados à produção e demais interferências do governo, reduzindo a competitividade do produto no mercado internacional, o que acaba inibindo in-

vestimentos no setor. A situação piora quando se vive problemas climáticos, como é o caso desta temporada, em que a Argentina vive uma seca que tem causado grandes prejuízos aos agricultores.

Para se ter ideia, a 'Bolsa de Cereais' estimava uma produção de 48 milhões de toneladas de soja no começo do plantio da safra. Depois, essa previsão caiu para 38 milhões e, no levantamento mais recente, já são apenas 25 milhões de toneladas.

"A commodity, de maneira geral, concorre com outros países do mundo. Não importa se é soja, se é milho, se é petróleo... A concorrência é no mercado in-

ternacional, e o preço é formado pelo mercado internacional. Quando qualquer país utiliza uma barreira tarifária dentro de um produto, você diminui a concorrência, exemplo disso é a Argentina", disse Cadore, em conversa com jornalistas no começo desse mês.

Cadore ainda ressalta que, além de Mato Grosso superar os dois maiores produtores de soja do Brasil, juntos, Paraná (21,3 milhões de t) e Rio Grande do Sul (15,1 milhões de t), a produção mato-grossense também supera os dois maiores produtores dos Estados Unidos, os estados Illinois e Iowa, também juntos.

MATANÇA EM BAR

Juíza converte em preventiva a prisão de autor de chacina em MT

Reprodução



A motivação por trás do crime, seria que Edgar não aceitasse perder R\$ 4 mil em um jogo apostado de sinuca

Da redação

A juíza da 1ª Vara Criminal de Sinop, Rosângela Zacarkim dos Santos, aceitou a denúncia do Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT) contra Edgar Ricardo de Oliveira, autor da chacina em um bar no município que terminou com sete pessoas mortas. A decisão é desta sexta-feira (24) e converteu a prisão temporária do acusado para prisão preventiva.

Conforme a denúncia do MP, ofertada na quinta-feira (23), Edgar vai responder por sete homicídios qualificados, com os qualificadores de motivo torpe, emprego de meio cruel, por meio que resultou perigo comum e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima.

Além disso, Edgar também terá mais uma qualificadora pensando no

seu caso, que é a morte de uma vítima de apenas 12 anos.

"Recebo a denúncia ofertada pelo Ministério Público, dando o denunciado EDGAR RICARDO DE OLIVEIRA, como incurso nas sanções do artigo 121, § 2º, incisos I (motivo torpe), III (meio cruel e que resultou perigo comum) e IV (recurso que dificultou a defesa das vítimas), por 06 (seis) vezes (1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º fatos); art. 121, § 2º, incisos I (motivo torpe), III (meio cruel e que resultou perigo comum), IV (recurso que dificultou a defesa da vítima) e IX (vítima menor de quatorze anos) (7º fato); art. 155, § 4º, inciso IV (concurso de pessoas) (8º fato); e art. 157, § 2º, inciso II (concurso de pessoas), e § 2º-A, inciso I (emprego de arma de fogo) (9º fato), na forma do art. 69 (con-

curso material), todos do Código Penal. Autue-se o presente inquérito policial como ação penal", diz trecho da decisão da magistrada.

A Chacina de Sinop, registrada na tarde do dia 21 de fevereiro, uma terça-feira de carnaval, chocou o Brasil com a brutalidade empregada por Edgar para executar sete pessoas em um bar com tiros de uma espingarda calibre.12.

A motivação por trás do crime, seria que Edgar não aceitasse perder R\$ 4 mil em um jogo apostado de sinuca. O executor teve ajuda de um colega, Ezequias Souza Ribeiro, que rendeu as pessoas para que Edgar as executasse.

Depois do crime, ambos fugiram e enquanto Edgar se escondeu em residências por Sinop, Ezequias fugiu armado para uma região de mata

e morreu ao entrar em confronto com policiais do Batalhão de Operação Especiais (Bope).

DECISÃO - Um dos argumentos da juíza para converter a prisão temporária de Edgar em prisão preventiva é que a soma das penas máximas aos crimes cometidos por Edgar é superior a quatro anos. Além disso, a crueldade do crime também pesou para a decisão da juíza.

"No que tange ao periculum libertatis, no caso em comento, verifico a presença de um dos fundamentos ensejadores da custódia processual, qual seja: garantia da ordem pública, em razão da gravidade em concreto da conduta, a qual evidencia a periculosidade real do denunciado, constatada a partir do modus operandi supostamente utilizado para o cometimento do crime", fundamentou.

ALTERNATIVA ECONÔMICA

Com aumento expressivo nas vendas, motocicletas já representam mais de 44% dos veículos emplacados em MT nos dois primeiros meses do ano

Venda de motos dispara 66,5%

Gilberto Leite



Juros elevados e avanço dos serviços de entrega impulsionaram as vendas de motocicleta no último ano

**Da redação**

A venda de motos tem disparado em Mato Grosso e surpreendido o setor de veículos, que tem registrado sucessivos aumentos de emplacamentos de veículos de duas rodas. Segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), houve aumento de 66,5% nas vendas em fevereiro deste ano em comparação com o mesmo mês de 2022.

Já quando considerado o total acumulado dos dois primeiros meses do ano, houve aumento de 45,7% nas vendas de motos.

Com esse aumento significativo nas vendas, a participação das motos no mercado geral de automóveis também passou de 35% para 44,3%. Isso significa que, entre todos os veículos novos emplacados em 2023, mais de 44% têm apenas duas rodas. Ao todo, foram emplacadas 6.649 motos nos dois primeiros meses de 2023, 2 mil a mais que no mesmo período de 2022.

O crescimento nas vendas de motos em Mato Grosso está acima da média nacional, que registrou aumento de 28% nos dois primeiros meses do ano, em comparação com o mesmo período de 2022. A Fenabrave aponta que foram 211 mil emplacamentos de motos entre janeiro e fevereiro desse ano, 47 mil a mais que em janeiro e fevereiro de 2022, quando 164 mil motos foram emplacadas.

Paulo Boscolo, presidente do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Estado de Mato Grosso (Sincodiv/MT) e da Federação Nacional da Distribuição de Veículos

Automotores (Fenabrave/MT), elenca pelo menos três motivos que levaram a essa disparada na venda de motos.

O primeiro motivo elencado pelo representante das concessionárias de MT é a disparada nos preços dos combustíveis.

“Quem tinha como primeira opção um automóvel começou a buscar uma alternativa mais econômica de deslocamento”, afirma Boscolo, em entrevista ao Jornal Estação Mato Grosso.

Já o segundo motivo é o aumento da demanda por motos para serem utilizadas em serviços de entrega de alimentos e de produtos comprados online. Esse movimento

de forma intensa com as mudanças de comportamento durante a pandemia de covid-19, somado ao desejo dos consumidores de ter mais comodidade nas compras.

Por fim, Boscolo cita a dificuldade em fazer financiamentos de bens de consumo com valores altos, como é o caso dos carros, que também sofreram uma disparada de preços devido à desorganização das cadeias produtivas na pandemia e também com a guerra entre Rússia e Ucrânia. Segundo Boscolo, antes as instituições financeiras conseguiam aprovação de até 70% dos pedidos de financiamento,

mas a taxa caiu drasticamente.

“Hoje, isso se inverteu. Os bancos estão muito mais precavidos com relação à prestação de crédito. Às vezes o consumidor não consegue aprovar um crédito na compra de um automóvel e parte para um bem de valor menor, para poder comprometer menos sua renda e conseguir aprovação de crédito, basicamente isso”, esclarece.

O consultor de vendas da Honda Dream em Mato Grosso, Roniel Souza, confirma essa procura por motocicletas, principalmente as de baixa cilindrada. Já o seu principal produto, as motos de alta cilindra-

da, estão com as vendas desaquecidas no estado, o que está intrigando o profissional, já que o ano anterior, segundo ele, foi “excepcional”.

“A procura por motocicletas de baixa cilindrada aumentou, porque o combustível ficou muito caro, então, para economizar, o cliente às vezes prefere uma moto tipo a Titan, uma Fan, uma Biz, que faz 45 km com um litro de gasolina ou 42 km no álcool. Então, é muita economia, um carro faz de 13 km a 18 km com um litro, a moto faz 3 vezes mais”, afirma.

Já o empresário Ygor Morockoski, dono de uma empresa de locação de veículos, conta que tem aproveitado o aumento da demanda por serviços de delivery e corridas de motos para alugar os veículos por valores que variam de R\$ 280 e R\$ 350 por semana. Ele já tinha algumas motos disponíveis para locação, mas se viu obrigado a adquirir mais um veículo neste ano.

“Ultimamente, a procura por motos teve um aumento considerável. Uma pessoa com uma moto hoje em dia pode trabalhar de forma autônoma e faturar algo entre R\$ 3 mil a R\$ 5 mil por mês. Comprei uma Honda Start 160, pois teve um aumento na procura de motos para locação”, afirma o jovem empresário, que tem quase 10 motos para locação em Cuiabá.

**DE VOCÊ
PARA
O MUNDO**

Mês da Mulher

703387008408

LOOD PANTERA
DEO COLÔNIA 75ML
DE 249,88
POR **165,99**

3401528520846

ATODERM
ÓLEO DE BANHO 1L
DE 237,49
POR **149,99**

7891010248130

NEOSTRATA MINESOL
CORPO/ROSTO A-OXI
FPS 99 200ML
DE 154,98
POR **99,99**

Unimed
Cuiabá